

MOVIMENTOS EDUCACIONAIS DE ALFABETIZAÇÃO NO PERÍODO DITATORIAL NA PARAÍBA

Isabella Hellen Estevão da Silva¹; Eryelle Cristina Nascimento Mota¹; Profa. Dra. Vívía de Melo Silva⁴

Universidade Federal da Paraíba
isabellahellen@gmail.com; eryellemota1997@gmail.com; viviafag@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir acerca dos Movimentos de Alfabetização no período ditatorial na Paraíba. A temática *alfabetização* trata-se de um tema bastante complexo que se desdobra em várias facetas, que perpassam técnicas e métodos, dos quais surgem inúmeras discussões. Para desenvolvimento deste estudo fizemos uso de fontes históricas, como jornais, fotografias e livros, encontrados nos acervos da Biblioteca Central da UFPB, no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), além de entrevista realizada com uma Professora de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Como resultados, identificamos os movimentos de alfabetização presentes no período ditatorial, a saber: Sistema Rádio Educativo da Paraíba - Sirepa (1959-1969); Campanha de Educação Popular - Ceplar (1961-1964); Cruzada de Ação Básica Cristã - Cruzada ABC (Pós Abril de 1966-1970) e por fim o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL (1970-1985). O nível de analfabetismo era bastante elevado durante esse período e o principal objetivo do Governo era erradicá-lo, considerando-o fator responsável pelos demais problemas que o país enfrentava, atendendo às necessidades advindas com a crescente industrialização, fruto da influência do capital estrangeiro. Observamos também que a Ditadura de 1964 basicamente findou a pedagogia libertadora defendida por Paulo Freire, pedagogia essa que embasava alguns desses movimentos de alfabetização. Este período da nossa história educacional implantou uma nova política educacional considerada antidialógica, deixando os alunos sem base para um pensamento crítico, visto que, o pensamento crítico seria a melhor defesa para lutar pela democracia. Assimilamos, ainda, através desse estudo todo retrocesso, repressão, tortura e autoritarismo que perpassou a educação nesse longo e rigoroso período.

Palavras-Chave: Educação. Ditadura. Paraíba. Movimentos Educacionais.

INTRODUÇÃO

A partir do dia 31 de Março de 1964, a sociedade brasileira passou a viver um período marcado pelo autoritarismo ditador introduzido com o golpe dos militares, que depuseram o então presidente João Goulart. Este período caracteriza-se pela censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. O país agora seria conduzido por normas decretadas em Atos Institucionais (AIs). Na área da educação, eram punidos os funcionários públicos responsáveis por “subversões”, à vista disso, inúmeros foram presos, torturados e mortos.

Com a implantação desse regime surgem e se desfazem diversos movimentos de alfabetização. Na Paraíba destacam-se: Sistema Rádio Educativo da Paraíba - SIREPA (1959-1969), Campanha de Educação Popular - CEPLAR (1961-1964), Cruzada de Ação Básica Cristã - Cruzada ABC (1966-1970) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL (1970-1985).

A partir dessas primeiras impressões, temos como objetivo refletir acerca dos Movimentos de Alfabetização no período ditatorial na Paraíba. O interesse no aprofundamento da temática se deu pelo período de repressão que foi vivenciado no País e o surgimento de novos movimentos de alfabetização, da mesma maneira que muitos foram impossibilitados de atuar, o que nos suscitou diversas indagações sobre como se organizou a educação.

Fizemos o uso de pesquisas bibliográficas, documentais e entrevistas semiestruturadas, analisando de forma qualitativa os dados obtidos, mostrando como esses movimentos se manifestaram no estado da Paraíba.

2 MOVIMENTOS DE ALFABETIZAÇÃO NO PERÍODO DITATORIAL NA PARAÍBA

No Brasil existiram diversos movimentos de alfabetização, Teixeira (2012) enfatiza-os: Plano Nacional de Alfabetização (PNA), liderado por Paulo Freire; Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife em Pernambuco; Campanha de Pé no Chão também se aprende a Ler, em Natal no Rio Grande do Norte; O Movimento de Educação de Base (MEB), o qual foi o único que sobreviveu ao golpe militar de 1964 devido ao fato de ser um movimento da igreja, sendo sua base de operação, segundo Saviani (2013), as escolas radiofônicas. Contudo, muitos desses movimentos foram excluídos durante o período da ditadura militar, momento de atuação bastante repressiva, no qual não se aceitava a alfabetização interagindo com a política e muito menos sendo coordenada por grupos políticos de esquerda.

Como ressaltou Domingues e Ebert (2015), no final da década de 50 e início da de 60, começaram a surgir movimentos de base voltados para a alfabetização de adultos. Esses

movimentos, paralelos à ação governamental, consistiram da ação da sociedade civil, que ansiava por uma mudança no quadro socioeconômico e político do momento.

Teixeira (2012) destaca que no ano de 1964, o Nordeste sofreu o impacto mais violento do golpe, a Paraíba foi um dos estados dessa região onde os confrontos no campo foram mais intensos e radicais, gerando um espaço de extremo terror e violência com cassações, prisões, torturas e assassinatos. O que influenciou de forma direta a educação e o modo de alfabetizar da região.

De acordo com Scocuglia (2002), no início de 1964, no auge dos conflitos sociais, na Paraíba, atuavam simultaneamente: o SIREPA, com centenas de escolas radiofônicas; a CEPLAR, com 135 "círculos de cultura", e o que seria o embrião da Cruzada ABC, preparando 700 monitores para combater a CEPLAR e seu método político-pedagógico, além do MOBREAL que foi um movimento nacional. A seguir iremos enfatizar cada um desses movimentos de forma específica.

2.1 SIREPA - Sistema Rádio Educativo na Paraíba (1959-1969)

O Sirepa contava com centenas de escolas radiofônicas, segundo Scocuglia e Machado (2006), nos anos de 1965 o sistema já adentrava em quase todas as 600 escolas existentes na Paraíba, com uma média de trinta alunos por escola, alfabetizando aproximadamente 18 mil jovens e adultos com o objetivo de não apenas ensinar a ler e escrever, mas fornecer noções básicas sobre saúde, higiene e práticas agrícolas. “Dividiam suas aulas em turmas ‘A’ e ‘B’, sendo as turmas ‘B’ destinadas aos alunos que concluíssem a primeira fase de alfabetização e lessem regularmente. As aulas das turmas ‘A’ ocorriam entre 18h e 19h, e as da ‘B’ das 20h às 21h” (SCOCUGLIA & MACHADO, 2006, p. 172).

Sua equipe era composta pela diretoria e “professoras-locutoras”, as quais eram responsáveis pela preparação dos conteúdos, pela gravação e apresentação das aulas, além dos monitores que eram treinados para o acompanhamento das aulas através do rádio, de acordo com Scocuglia e Machado (2006), esses treinamentos eram feitos aos sábados pela Rádio Tabajara e em encontros periódicos que contavam com atuação de toda sua equipe, sua principal dirigente era Alice Rolim.

O início do ano de 1964 foi apreensivo em muitas escolas radiofônicas, com o confisco dos rádios das Ligas, sob suspeita de fazerem parte de um “processo subversivo”. Neste momento, sua sede situada em João Pessoa foi revistada por uma guarnição do Exército, acompanhada do chefe de polícia estadual, na manhã do dia 1º de Abril de 1964 (SCOCUGLIA & MACHADO, 2006, p.

172). Contudo, o trabalho do sistema continuou normalmente, com exceção das escolas das Ligas Camponesas.

O SIREPA contava com verbas distribuídas pelo governo federal do Plano Trienal e do acordo/convênio Sudene/MEC/Usaid/SEC-PB, devido a esse acordo que foi capaz de realizar a expansão do sistema. Segundo Scocuglia e Machado (2006), no ano de 1965, o SIREPA aceitou ainda a colaboração das “Escolas Voluntárias de Alfabetização pelo Rádio” (EVAR), a qual consentia qualquer proprietário de Rádio se inscrever no sistema com indeterminado número de alunos, desse modo, o trabalho poderia ser repassado a emissoras particulares, multiplicando o processo de alfabetização.

O resultado desse acordo conjunto beneficiou o sistema com a expansão de centenas de escolas radiofônicas em 65 municípios e suas adjacências (sítios, povoados, fazendas, vilas). Conforme dados de Scocuglia e Machado (2006), entre as microrregiões que mais instalaram escolas radiofônicas do ano de 1965, destacaram-se aquelas polarizadas por Bananeiras, Solânea, Mamanguape e Santa Rita, com 111 escolas e 2.855 alfabetizados.

Figura 2 - Quadro com a situação das escolas radiofônicas (1963-1965)

Situação das escolas radiofônicas (1963-1965)				
Ano	E. Inst.	E. Func.	Matr. Geral	Matr. Efetiva
1963	120	105	3.300	2.350
1964	215	200	6.300	6.000
1965	550	507	15.000	13.096

Fonte: Foto retirada do livro Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira (2006)

De acordo com os dados acima, podemos observar um balanço quantitativo em todos os aspectos evidenciados nos anos de 1963, 1964 e 1965, comparando as escolas instaladas com as que funcionaram e a matrícula prevista com a matrícula efetiva, apontando um crescimento vertiginoso tanto no número de matrículas quanto de funcionamento escolar. Mostra também um pequeno desfalque nas matrículas e no número de escolas funcionando em comparação as instaladas.

No entanto, apesar dos grandes investimentos no SIREPA, muitos problemas surgiram, como por exemplo, a redução dos alunos, as saídas do secretário da educação Diniz e da sua principal dirigente Alice Rolim, que ocasionou a redução de apoio, prejudicando o desenvolvimento do sistema. O interesse do novo governo estadual norteava-se a partir de então na instalação da Cruzada ABC e pelos milhares de dólares que viriam em conjunto. Com a ascensão da Cruzada ABC, o SIREPA foi desaparecendo como instituição autônoma.

2.2 CEPLAR - Campanha de Educação Popular (Paraíba, 1961-1964)

A CEPLAR, campanha de educação popular, nasceu em um momento de intensas lutas por mudanças na estrutura da sociedade, o analfabetismo era excludente por impossibilitar o direito ao voto. Segundo Porto e Lage (1995), no ano de 1960 na Paraíba, a fome e a miséria atingiam cerca de 60% da população e o índice de analfabetismo era de 64%, 75% em certas áreas do interior.

O governador da Paraíba Pedro Moreno Gondim participou da “operação Nordeste”, Meta nº 31 do plano do presidente Juscelino Kubitschek, o governador colocou como um dos objetivos de seu plano para o quinquênio 1961-1965, a educação popular, como enfatiza Porto e Lage (1995). Em janeiro de 1961 o jornal o Norte publicou um artigo:

Na programação da Paraíba, Síntese do plano de realizações do Governo Pedro Gondim”, onde se lê: A programação da Paraíba [...] visa a aplicação de 10 bilhões de cruzeiros em cinco anos, com três objetivos principais: 1. Valorização rural, incluindo aplicações na infra-estrutura, 2. Desenvolvimento dos municípios, incluindo aplicações na industrialização, 3. Educação popular, incluindo aplicações no setor da Saúde, justiça, Segurança, Aperfeiçoamento do Pessoal, etc. (O NORTE, 1961 apud PORTO E LAGE, 1995, p. 35)

A CEPLAR surgiu no ano de 1961, como projeto do governo do estado de lançar na Paraíba um movimento de educação popular.

Os membros da Juventude Universitária Católica (JUC) preocupados em conhecer mais de perto a realidade das classes populares realizou pesquisas em alguns bairros considerados periféricos da capital, entre eles Ilha do Bispo, Roger e Varadouro, revelando precárias condições de saúde, habitação, analfabetismo e um alto índice de desemprego, fatores esses que levaram os universitários a se preocuparem com a formação de uma entidade que tivesse seus objetivos voltados para a educação popular, buscaram, assim, apoio do Governo do Estado, que segundo Fávero e Junior (1992), foi o primeiro a aceitar a ideia decidindo a criação da CEPLAR. O jornal união relata esse acontecimento em nota.

Dentro de mais alguns dias, estará sendo lançado, em João Pessoa, com o apoio decidido de amplos setores da opinião pública paraibana, o Movimento de Cultura Popular, já lançado em Recife, com ótimos resultados. O grupo de interessados paraibanos, responsável pelo Movimento está em João Pessoa desde ontem vindo de Recife, onde se submeteu a estágio especial na Superintendência do Nordeste (SUDENE)” (A UNIÃO, 1961 apud PÓRTO E LAGE, 1995, p. 37)

A primeira implantação da CEPLAR no estado da Paraíba, de acordo com Porto e Lage (1995), achou-se na povoação índio Piragibe, conhecida por ilha do Bispo.

A principal meta da CEPLAR era a alfabetização de adultos. O material didático e o método abordado não estimulavam a reflexão e o diálogo, somente em 1962, através do professor Germano Coelho do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, quando entrou em contato com Paulo Freire o qual já desenvolvia seu método de alfabetização de adultos, constatou que o melhor modo de alfabetizar seria utilizar o método adequado, fugindo das incipientes tentativas de profissionalização.

O primeiro grupo a ser alfabetizado pelo método Paulo Freire na CEPLAR, em João Pessoa no ano de 1962 como cita Porto e Lage (1995) foi o chamado grupo das domésticas, através da Juventude Operária Católica- JOC e a equipe da CEPLAR formando um grupo de 15 alfabetizandas, reunindo-se semanalmente na sede da campanha. O curso durou um total de 40 horas e teve um resultado satisfatório tanto na escrita quanto na leitura. A partir dessa experiência foram lançados cinco novos Núcleos de Alfabetização na Ilha do Bispo, Varadouro e Torre, bairros que onde a campanha já atuava.

Em 1962, uma grande quantidade de recursos foi destinada à educação, ao Programa Educacional de Emergência do Ministro da Educação e Cultura Darcy Ribeiro, que visava beneficiar o estado da Paraíba com uma abundante verba de um bilhão e meio de cruzeiros. O jornal Correio da Paraíba traz em sua manchete “Plano Educacional no País assinados vários convênios” o seguinte:

Dentro do Plano Educacional de Emergência foram assinados, na manhã de hoje, vários convênios entre as Secretarias de Educação e Cultura dos Governos estaduais e o Governo Federal. O plano Educacional Prevê a aplicação de um bilhão e meio de cruzeiros, com distribuição de livros e outros materiais escolares (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA 03/10/1962)

Porto e Lage (1995) cita que em Fevereiro de 1963, 10 núcleos de alfabetização estavam funcionando, e em Julho do mesmo ano passou a funcionar 20 núcleos, em seis bairros da capital: Ilha do Bispo, Torre, Varadouro, Róger, Santa Júlia e Cruz das Armas.

O grande arreamento da CEPLAR no estado da Paraíba deu-se início em Março de 1964, como publicou o Jornal O Norte:

A CEPLAR vai instalar, em Março próximo, 80 salas de aula nos municípios de Cabedelo, João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Sapé e Rio tinto, em decorrência do recente convênio assinado entre o Ministério da Educação e Cultura e a CEPLAR, mediante o qual a última entidade alfabetizará 6 mil pessoas. Através do método Paulo Freire. Diante desse convênio, a CEPLAR, secção de Campina Grande,

instalará também no seu município, 50 salas de aula para cursos relâmpagos de alfabetização (JORNAL O NORTE 28.02.1964)

A CEPLAR também atuou com interesse de alfabetizar operários em Bayeux. O jornal Correio da Paraíba do dia 10 de janeiro de 1964 publicou em manchete “CEPLAR vai alfabetizar operários de Bayeux”:

Por proposta da CEPLAR ao Sindicato dos Trabalhadores no Agave e Descaroçamento do Algodão, será promovido na cidade de Bayeux, intensivo plano de educação popular atingindo especialmente os operários e dependentes, com atividades nas indústrias. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 1964)

A ação da Campanha de Educação Popular estava em pleno vigor quando as pressões contra ela começaram a se fortalecer.

Por ter capacidade de intervir no meio social, a CEPLAR procurada por uns e insultada em diversos meios, passou a ser alvo da oposição. Porto e Lage (1995) destacam que começaram as aparições de pichações em muros de João Pessoa as quais declaravam “CEPLAR Comunista”, “CEPLAR de Moscou”. Essas ações impediram a expansão da Campanha, no entanto, sua atuação continuava, em um clima que exigia muita ação, rapidez, foco e trabalho dos participantes.

Com a ascensão do Golpe e toda a repressão que vinha em conjunto, a CEPLAR foi perdendo sua atuação na medida em que os novos governantes pretenderam a criação de um campo escolar que favorecesse os interesses políticos, os núcleos de atuação foram impedidos de funcionar, dispersando os alunos e monitores. Devido esses fenômenos ocorridos, a CEPLAR foi excetuada.

2.3 CRUZADA ABC-Cruzada de Ação Básica Cristã (1966-1970)

A cruzada de Ação Básica Cristã, campanha para alfabetização de jovens e adultos realizada de 1966 a 1970 no período do regime militar, surgiu no Recife, representou no momento de sua criação a contestação dos movimentos educativos desenvolvidos no Nordeste, particularmente o “Sistema Paulo Freire”. Esse fenômeno foi permeado de entusiasmo pela educação principalmente nos seus primeiros momentos, tinha objetivos políticos claros, sua proximidade com os governos militares era notória e aberta. Paiva (1985) cita que o homem ao qual a cruzada destinava sua programação era definido como um “parasita econômico” que, através da educação, deveria começar a produzir e a participar da vida comunitária. Diante do surto de industrialização no Nordeste, o analfabeto era visto como mão de obra marginalizada, diante dessa visão a Cruzada foi definida como um programa de industrialização-habilitação, ajudando o homem nordestino a acompanhar o desenvolvimento da região.



Paiva (1985) cita ainda que no que se diz respeito à sua origem evangélica, a cruzada não guardava qualquer aspecto confessional ou sectarista, não fazia qualquer discriminação religiosa nem permitia o proselitismo religioso através das atividades educativas. Todavia, era fiel ao seu nome não se afastando dos seus ideais cristãos, afirmando a importância da religião para a paz social.

Scocuglia (2002) menciona que ao chegar à Paraíba e conquistar o apoio do governo central, as ações iniciais da Cruzada concentraram-se no material didático utilizado nas primeiras classes: A Cartilha ABC, de 1962. No mês de Março de 1964, o movimento já começava a atuar desenvolvendo suas experiências em João Pessoa. Quando se anunciava a transição política devido ao golpe de 1964, o qual quem assumiria a condução da política paraibana seria João Agripino Filho, a estratégia da Cruzada era de fazer com que sua líder paraibana propiciasse um crescente poder dentro da Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba (SEC-PB), tendo em vista a aquisição da expansão do programa em todo o Estado.

De acordo com a entrevista realizada com uma professora da área de História da Educação podemos analisar de forma mais assídua à atuação desse movimento:

Meu pai trabalhou nesse movimento que era financiado pelos Estados Unidos que pagavam os salários dos funcionários públicos e gratificações para que eles fossem trabalhar em outras cidades liderando essa Cruzada. Nós saímos da Paraíba e fomos para Garanhuns... Meu pai pegava os trabalhadores e os levavam para serem alfabetizados... É importante enfatizar que os professores não precisavam de formação específica na área da educação (ENTREVISTADA 1).

Em conformidade com Scocuglia (2002), no ano de 1966 constituiu-se o convênio entre a Cruzada ABC e o Governo Estadual nominado Ação Básica de Educação de Adultos (ABEA). Os participantes reconheciam o problema do analfabetismo para o desenvolvimento do Nordeste entre outros demais aspectos. Os objetivos declarados da ABEA eram claros:

- a - pugnar pela diminuição do índice de analfabetismo;
- b - encaminhar os elementos atualmente marginalizados a um entrosamento político, social e econômico com os demais cidadãos;
- c - deixar na Secretaria de Educação, deste Estado, um serviço com equipe técnico-administrativa, que permita ao Estado continuar o programa de Educação de Base de Adultos, em seu território, no término deste Convênio (CONVÊNIO CRUZADA ABC X ESTADO DA PARAÍBA, *apud* SCOCUGLIA, 2002, p.8)

Apesar do apoio do Governo, havia grandes problemas e obstáculos. Entre as maiores dificuldades da Cruzada estava a permanência do alunado na primeira fase e, principalmente, nas fases posteriores à alfabetização. O problema em parte foi solucionado pela distribuição quinzenal

de alimentos para alunos e professores voluntários. Em vários locais a Cruzada contou com a contribuição e apoio de prefeituras e secretarias municipais de educação, e também, de padres católicos. Entre as regiões que mais avançaram na alfabetização e na sequência das fases, estavam aquelas que contaram, além dos protestantes, com o apoio dos católicos.

Segundo Paiva (1985), a extinção da Cruzada ABC esteve ligada ao mau emprego dos recursos, às suas debilidades técnicas e ao término da dotação de recursos de empréstimos norte-americanos para tal atividade, assim como está relacionada também às mudanças ocorridas na orientação política do Governo, a partir de 1968.

2.4 MOVIMENTOS BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO–MOBRAL (1970- 1985)

No período Ditatorial de acordo com o Censo Escolar realizado em 1964 os índices de analfabetismo eram alarmantes, 40% da população acima de 15 anos encontrava-se analfabeta, a fim de reverter essa situação, foi criada a lei N° 5.379/1967, a qual estava centrada em erradicar o analfabetismo da época, principalmente dos jovens e adultos. Essa lei foi criada com o intuito de disciplinar a educação, com princípios e fins centrados em uma alfabetização funcional e bancária. Considerando o analfabetismo como fator econômico. “Art. 1º Constituem atividades prioritárias permanentes, no Ministério da Educação e Cultura, a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos. (Lei nº 5.379, de 15 de dezembro 1967)”

Os princípios metodológicos trabalhados no MOBRAL eram a funcionalidade e a aceleração, que preparavam o educando para uma função no mercado de trabalho, contribuindo, assim, para a legitimação do regime autoritário. Segundo Jannuzi (1987), a funcionalidade tinha por objetivo desenvolver o aluno para desempenhar uma função tecnicista com rapidez e precisão.

De acordo com Dantas [et al.] (2014), ao implantar o MOBRAL, o governo impôs uma política antidialógica por este ser elaborado como ferramenta de controle social e doutrinação impedindo o desenvolvimento de uma educação emancipadora e empoderada, e alienante por não permitir a reflexão sobre o contexto.

O governo militar tinha como objetivo controlar os processos de alfabetização para impor sua ideologia, é o que podemos constatar no Roteiro de Alfabetização do MOBRAL, o qual tratava de um universo vocabular comum a todo País, impossibilitando o pensamento crítico:

Em depoimento, uma professora que vivenciou esse momento relata sua experiência a respeito do MOBRAL:

Sobre o MOBRAL posso enfatizar que ele era típico da ditadura militar... E tive contato com esse movimento nos meus primeiros anos escolares na década de 70,

era um trabalho que se fazia nos grupos escolares da época, mas não se fazia no ensino regular. Atuava geralmente à noite nos finais de semana. Sua finalidade era incluir os adultos na escola e alfabetizá-los, uma vez que o número de não alfabetizado era muito elevado. No entanto, alfabetização nesse período era uma coisa muito restrita, porque a gente entende a alfabetização como a capacitação das pessoas de ler e escrever e na verdade o que se alcançava e despertava uma alegria imensa nas pessoas a capacidade de escrever o seu próprio nome... Utilizavam de cartilhas de caligrafia. Não se trabalhava com tabuada, apenas com letramento. Esse movimento foi remanescente do programa 'Comunidade Solidária' da professora Ruth Cardoso, esposa do Fernando Henrique. (ENTREVISTADA 1)

O que importava nesse modelo de educação pedagógica era a aprendizagem da leitura e da escrita de uma maneira bastante técnica, uma alfabetização sem articulação com os demais segmentos da sociedade, apenas preparação da mão de obra de um país em fase de industrialização, condição necessária para sobrevivência. Erradicar o analfabetismo também era interesse do populismo político, apenas pessoas alfabetizadas podiam votar, e uma população analfabeta significava menos eleitores. Nessa forma de conceber a educação, ser analfabeto era, pois, ser incapaz, que se capacitaria pela ação do MOBREAL que: “Tirou das sombras da incapacidade 30% dos analfabetos do País e 6% da população brasileira em menos de um quadriênio” (JANNUZI, 1979, p.54).

De acordo com o site Revivendo Esperança PB (2012), em virtude do MOBREAL, centenas de pessoas adultas eram alfabetizadas anualmente no estado da Paraíba, envolvendo todos os habitantes de todos os municípios, usufruindo de uma metodologia própria, porém, não conteve a taxa elevada de analfabetismo. As aulas ocorriam à noite, tanto na Zona Rural, como na Zona Urbana. As salas de aula não tinham lugares fixos, podendo assim funcionar em qualquer lugar (salões, residências, garagens desocupadas, escolas públicas ou particulares). A comissão do MOBREAL em cada município era composta de um presidente, um secretário e um supervisor escolar. O professor, por sua vez, não tinha necessariamente uma formação, sendo assim denominado “leigo”. Os livros didáticos e de leitura eram distribuídos gratuitamente,

De acordo com Scocuglia (1964), logo esse movimento foi extinto no governo posterior, devido às denúncias de corrupção. Como enfatizado por Paiva (1973) o MOBREAL foi apenas “um vendedor de ilusões” que não cumpriu as promessas que fez, o que contribuiu para sua extinção no Governo do Presidente José Sarney. O censo demográfico de 1980 ainda revelou que mais de 25% da população adulta ainda permanecia analfabeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos abordados pudemos observar que a Ditadura Militar deixou marcas profundas na educação brasileira dentre elas, a prática de expandir sem qualificar. No período abordado em pesquisa, (1964, 1985) houve um aumento significativo do número de matrículas na educação básica, mas com pouca formação docente, ou seja, sem se preocupar com a qualidade ofertada. A intenção dos governantes não era a de conscientização das massas por meio da alfabetização, uma vez que essa atividade era considerada uma ameaça ao próprio governo. A formação de mão de obra barata, foi um fator significativo ao recordar que o Brasil entrava na fase industrial, colaborando para o desenvolvimento do país onde se introduziu o ensino tecnicista.

Pelo demonstrado, a alfabetização durante esse período foi caracterizada por inúmeras deficiências, como a degradação do ensino que, até os dias de hoje, pareceu não se recuperar das ações dos falhos sistemas anteriores, impedindo o país de alavancar a qualidade e democratizar o acesso à educação.

Pretendeu-se neste trabalho proporcionar de forma resumida, mas objetiva, uma familiarização com os principais movimentos de alfabetização ocorridos no Período Ditatorial no Estado da Paraíba. Faz-se notar a dimensão do impacto do tema abordado, visto que será necessário um estudo adicional para uma completa compreensão sobre este fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DANTAS, Edgar; NUNES, Carlos Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Golpe Civil-Militar e Ditadura Na Paraíba: História, memória e construção da cidadania.** 3. ed. João Pessoa: Editora Ufpb, 2014. 327 p. Disponível em:

<http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/comissaodaverdade/wpcontent/uploads/2014/12/Livro_Golpe-Civil-Militar-e-Ditadura-na-Paraiba-3.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2017.

DOMINGUES, Cristiane Lumertz Klein; EBERT, Sintia Faé. Alfabetização e ditadura militar: relação entre a cartilha e os métodos de alfabetização. **Debates em Educação**, v. 7, n. 14, 2015.

FÁVERO, Osmar; SOARES JÚNIOR, Everaldo Ferreira. **CEPLAR – Campanha de Educação Popular (Paraíba, 1962- 1964).** 1992. 13 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992. Cap. 1. CD-ROM.

GHIRALDELLI, Paulo, História da Educação. São Paulo: Cortes, 2000.

JANNUZI, Gilberta Martino. **Confronto Pedagógico: Paulo Freire e MobraL.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Edições Loyola, 1985

PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **CEPLAR: História de um sonho coletivo**. Paraíba: Departamento de Produção Gráfica da Sec, 1995. 207 p. Juca pontes.

REVIVENDO Esperança PB: O MOBREAL em Esperança - Década de 70. O MOBREAL em Esperança - Década de 70. 2012. Disponível em:
<<http://revivendoesperancapb.blogspot.com.br/2012/09/o-mobreal-em-esperanca-decada-de-70.html>>. Acesso em: 20 março. 2017.

SANTOS, Luciana Martins Teixeira dos et al. **Direito humano à memória da educação de adultos no Brasil autoritário: documentos legais e narrativas de ex participantes do MOBREAL (1967-1985)**. 2015.

SAVIANI, Demerval. **Histórias das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção memórias da educação)

SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos (orgs.). **Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **GOLPE, IPM E DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR PÓS-1964**.

SCOCUGLIA, Afonso Celso Caldeira. **Alfabetização, política e religião: o caso da cruzada de ação básica cristã (1965-70)**. Disponível:<www.anped.org.br/reunioes/25/afonsocelsoescocugliat02.rtf>. Acesso em, v. 17, 2017.

TEXEIRA, Wagner da Silva. **Quando ensinar a ler virou subversão: a ditadura e o combate ao combate do analfabetismo**. 2012. 10 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Anpuh Minas Gerais, Mariana-mg, 2012. Disponível em:
<http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340763408_ARQUIVO_WagnerTeixeira_textocompleto.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS:

JORNAL CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 03 out.1962

JORNAL CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 10 jan. 1964

JORNAL O NORTE. João Pessoa, 28 fev.1964

FONTES ORAIS: (Depoimentos)

Luire Freire Monteiro (professora de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)).